



## Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de  
Justiça  
para os devidos fins.

Em 30/07/17  
ebago

Conceição de Maria Lages Rodrigues  
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas

Ao Deputado

Spaão  
maiduron  
para relatar.

Em 30/07/17

X  
Presidente Comissão de Constituição  
e Justiça



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

**PARECER**

PROJETO DE LEI Nº 26, DE 06 DE JULHO DE 2017, ENCAMINHADO  
ATRAVÉS DA MENSAGEM Nº 31/GG:

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A RENEGOCIAR  
AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO FIRMADAS COM  
RECURSOS DO BANCO NACIONAL DE  
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL –  
BNDS, AO AMPARO DO ART. 2º DA LEI  
COMPLEMENTAR Nº 156, DE 28 DE DEZEMBRO DE  
2016.

**RELATOR:** Deputado JOÃO MADISON

**1 – RELATÓRIO**

O Chefe do Poder Executivo estadual encaminhou para apreciação desta Casa a presente proposição que tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a renegociar as operações de créditos firmadas com recursos oriundos do BNDS, mantendo-se, ainda, as garantias e contragarantias convencionadas originalmente.

Consta na mensagem que essa renegociação permitirá o alongamento no prazo de pagamento das dívidas a serem repactuadas pelo Estado, as quais foram originalmente contraídas por intermédio de recursos do BNDS, nos termos da Lei Complementar nº 156/2016 (que estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal; e altera a Lei Complementar no 148, de 25 de novembro de 2014, a Lei no 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Medida Provisória no 2.192-70, de 24 de agosto de 2001, a Lei no 8.727, de 5 de novembro de 1993, e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000).

Por fim, o autor salienta que a abertura para essa renegociação é fruto de um entendimento nacional, tratando-se de medida essencial para o enfrentamento do atual cenário econômico que afeta o país, tendo em vista a queda acentuada nas receitas públicas atingida pela atual crise econômica.

Esse é o relatório.

**2 – VOTO DO RELATOR**

Sendo assim, passo a emitir o parecer por observância dos artigos 61, 137, 138 e 139 do Regimento Interno da Casa.

Com esse objetivo, o Governador encaminha o projeto de lei visando uma nova **autorização legislativa** para que possa efetuar essa operação financeira, qual seja: a



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

renegociação de operações de créditos firmadas junto ao BNDS, tal como estabelecido no art. 102, inciso XIX da Constituição Estadual, na legislação encontrando amparo no art. 2º da Lei Complementar Federal nº 156/2016, in verbis:

Art. 2º Ficam dispensados os requisitos legais para contratação de operação de crédito e para concessão de garantia, exigidos nos arts. 32 e 40 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, nas renegociações dos contratos de empréstimos e financiamentos celebrados até 31 de dezembro de 2015 entre as instituições públicas federais e os Estados e o Distrito Federal, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

Ao analisar o mérito dessa proposição verifico que a mesma certamente trará benefícios para o nosso Estado, uma vez que essa medida, de certa forma, aliviará os cofres públicos, de modo que se torna indispensável sua aprovação nessa Casa Legislativa.

Por sua vez, podemos concluir que a matéria ora em análise é de competência legislativa concorrente, nos termos dos art. 24, inciso I, da CF/88, combinado com o art. 14, inciso I, "a" da Constituição Estadual.

Vale apontar, ainda, que a iniciativa da presente proposição ocorreu nos termos do art. 75 da Constituição Estadual, não havendo, nesse caso, inconstitucionalidade por vício de iniciativa.

Por fim, afirmo não ter encontrado, nesse caso, inobservância aos princípios constitucionais previstos na CF/88.

Destarte, manifesto-me pela **aprovação** dessa proposição, em razão de sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade, bem como da boa técnica legislativa apresentada.

Este é o meu parecer.

**3 - PARECER DA COMISSÃO**

Apresentado o parecer, submeto a apreciação dessa comissão.

Em discussão, em votação:

- a) Pela aprovação
- b) Pela rejeição

Sala das Comissões Técnicas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí. Teresina, 10 de julho de 2017.

Deputado **JOÃO MADISON**  
Relator

*Acordo o Muro do Piauí*  
*Da CCT no sentido da*  
*com 1255 de 1255*  
*Reunias conjunta*

APROVADO A UNANIMIDADE
em, <u>11/07/17</u>
Presidente da Comissão de
<u>Justiça e Finanças</u>

*12-1-1*